INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

SETEMBRO 2017 Nº20 - Ano 14

ÉTICA NA SALA DE AULA

PROJETO UNE PROFESSORES E ALUNOS EM TORNO DO TEMA

O PAÍS QUE NÓS QUEREMOS

Campanha cobra mais rigor na luta ao contrabando

MOVIMENTO COMBUSTÍVEL LEGAL

Iniciativa mira concorrência desleal no setor

CONTROLE DA PRODUÇÃO DE BEBIDAS

Demora de novo sistema aumenta risco de sonegação

ETCO

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial

Há 14 anos, nossa missão é apontar e defender o caminho da ética nos negócios

Sem ética nos negócios O BRASIL NÃO CRESCE

A atração de investimentos depende cada vez mais do atendimento de padrões éticos e sempre da segurança jurídica. A situação econômica atual sem dúvida é um empecilho, mas estou convencido de que o que mais impede muitas pessoas e empresas de aplicar seus recursos em negócios de longo prazo no Brasil são as incertezas de natureza ética e legal. A insegurança do ambiente concorrencial. Enquanto não equacionarmos esse problema, não conseguiremos atrair o nível de investimentos necessário para garantir um crescimento robusto e sustentável.

Infelizmente, ainda convivemos com problemas gravíssimos nesse aspecto: da corrupção que direciona boa parte dos recursos públicos a empresas desonestas à falta de combate efetivo a práticas ilícitas que desequilibram o mercado, como a sonegação fiscal, o contrabando, a pirataria e a adulteração de produtos.

CONSELHO CONSULTIVO

O ETCO nasceu em 2003 com a missão de lutar contra essas mazelas nacionais. O Instituto é mantido por empresas comprometidas com a ética nos negócios e tem a colaboração de um Conselho Consultivo formado por grandes nomes do mundo empresarial, acadêmico, econômico e jurídico, presidido pelo professor Everardo Maciel. As reuniões do Conselho Consultivo costumam contar também com a participação de autoridades dos três poderes, além de lideranças de diversos segmentos, com quem debatemos os temas que defendemos.

O ETCO esteve à frente ou participou de importantes conquistas em favor da integridade nos negócios, como a criação da Nota Fiscal Eletrônica, a obrigação fiscal de Manifestação do Destinatário, o Índice de Economia Subterrânea, o projeto Cidade Livre de Pirataria e o Movimento em Defesa do Mercado Legal.

Neste momento, estamos focados em projetos que são apresentados nesta publicação. A campanha O Brasil que Nós Queremos, do Movimento em Defesa do Mercado Legal, é um deles. Não podemos aceitar que o País continue sendo invadido por produtos que entram aqui sem pagar impostos nem respeitar regras de produção e comercialização. Não são apenas as empresas nacionais e o governo que sofrem os seus efeitos, mas também os consumidores, que acabam expostos a produtos prejudiciais à saúde. Além de tirar o dinheiro de impostos que fi-

EDSON LUIZ VISMONA, presidente executivo do ETCO

nanciam serviços públicos, o contrabando é a porta de entrada para outros crimes, como tráfico de armas e de drogas e lavagem de dinheiro, gerando a violência das nossas cidades.

Também estamos atuando na luta contra as fraudes no setor de combustíveis, que vão desde o roubo de cargas e a adulteração de produtos até a modalidade sofisticada de concorrência desleal caracterizada pela inadimplência tributária contumaz. Contra esse mal, o ETCO apoia a regulamentação do artigo 146-A da Constituição, que permite um tratamento mais rigoroso aos contribuintes que utilizam vantagens tributárias indevidas para ganhar mercado – tema também detalhado nesta revista.

No campo da sonegação, muito nos preocupa a atual situação do segmento de bebidas, que desde dezembro passado não conta mais com um sistema de controle físico de produção. Esse sistema, implantado oito anos antes com o apoio do ETCO, representou um importante marco na redução das fraudes fiscais no setor. Enquanto a promessa de criação de um sistema substituto não se materializa, nosso temor é que o ambiente concorrencial nesse segmento se deteriore novamente.

Deixo para falar por fim de uma iniciativa que extrapola a ética concorrencial, mas que sem dúvida está na base da construção de um país mais honesto. Quando assumi a presidência executiva, em outubro do ano passado, recebi do Conselho de Administração a incumbência de reforçar a participação do Instituto na difusão do princípio da ética de maneira mais ampla, como um valor de relevância transversal a toda a sociedade. O resultado é o recém-lançado projeto Ética para Jovens, centrado na formação ética das novas gerações e que estimula e ajuda professores do ensino médio a tratar mais desse tema com seus alunos – matéria de capa desta edição. Um projeto que nos enche de orgulho e esperança.

Em suma, os desafios são um constante estímulo para a nossa ação buscando resultados que transformam a realidade. Nós temos o compromisso de fortalecer as boas práticas, insistentemente, pois sabemos que não há país desenvolvido que não tenha por fundamento o respeito à ética e a defesa da lei.

Sumário

6 CAPA
Para cultivar a ética entre os jovens, o ETCO cria projeto que ajuda e incentiva professores do ensino médio a tratar do tema com seus alunos

12 SONEGAÇÃO
O ETCO cobra mais agilidade do governo na implantação de um novo sistema de controle físico da produção de bebidas. Saiba por que a situação atual favorece fraudes fiscais

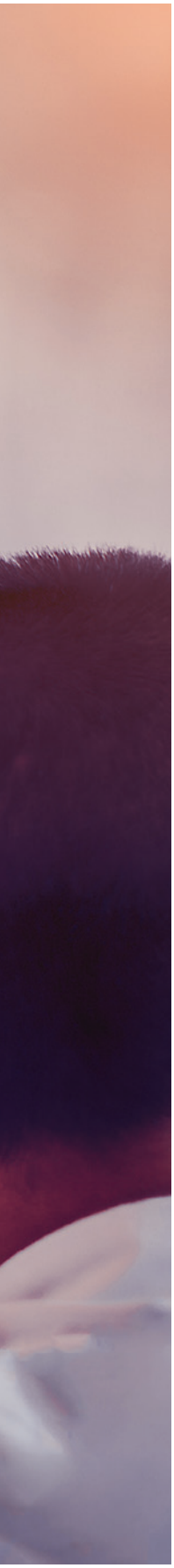
14 CONTRABANDO
Campanha do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro chama a atenção para os prejuízos que a entrada ilegal de mercadorias provoca ao País, entre eles R$ 130 bilhões a menos em atividade econômica e riscos graves à saúde da população

20 FRAUDES NOS COMBUSTÍVEIS
O ETCO apoia projeto que busca angariar o apoio da população e das autoridades para enfrentar o aumento de práticas ilícitas como inadimplência contumaz de tributos e adulteração de combustíveis

24 LEGISLAÇÃO
Regulamentação do Artigo 146-A da Constituição Federal permitirá a criação de regimes especiais de cobrança de impostos e fiscalização de empresas que violam a ética concorrencial deixando de pagar tributos

26 CONQUISTAS DO ETCO
Conheça alguns dos avanços que o Instituto vem ajudando o País a obter na luta contra práticas que provocam concorrência desleal e prejuízos aos cofres públicos e à população

28 OPINIÃO
Marcílio Marques Moreira relembra a visão de San Tiago Dantas sobre a vida e o Brasil



PROFESSOR, PRA QUE SERVE A ÉTICA?

Projeto do ETCO busca despertar a reflexão sobre o tema em escolas de todo o País. Primeira parceria foi firmada com a Secretaria da Educação de São Paulo

Uma das principais iniciativas do ETCO em 2017 é o projeto Ética para Jovens, que busca unir o Instituto a redes de escolas, especialmente as públicas, para estimular reflexões sobre comportamento ético entre os estudantes. O programa foi lançado no dia 19 de junho, em evento na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com quem o ETCO firmou a primeira parceria para levá-lo às escolas. E contou com o apoio da Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo e do Conselho da Transparência da Administração Pública paulista.

O foco principal do projeto são professores e estudantes do ensino médio ou dos últimos anos do ensino fundamental – o que, só na rede pública estadual de São Paulo, representa mais de 2 milhões de alunos. O objetivo é simples: propor a professores e alunos que dediquem algumas aulas a atividades que estimulam o pensamento crítico e a tomada de consciência sobre a importância da ética na sociedade. Para isso, o ETCO fez estudos para definir a melhor forma de impactar os jovens, contratou especialistas para preparar material de apoio aos professores e está investindo na busca de novas parcerias como a que foi firmada em São Paulo e na divulgação do projeto, para gerar a adesão de professores e ampliar seu alcance.

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, conta que o projeto atende a uma responsabilidade que lhe foi atribuída pelo Conselho de Administração do Instituto em 2016, quando foi escolhido para o cargo. "Me pediram para que, além de continuar atuando em defesa da ética concorrencial, reforçasse um dos fundamentos do ETCO, que é a defesa da ética em termos mais amplos. Nesse sentido, escolhemos os jovens como nosso público-alvo: afinal, não há como transformar os padrões éticos do Brasil sem dar atenção especial à formação das novas gerações", explica Vismona.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

A partir do trabalho com os jovens, o projeto busca levar o debate sobre a importância da ética a toda a sociedade. O primeiro passo foi entender o que esse público pensa sobre o tema. Para isso, o Instituto contratou uma pesquisa do Datafolha, que trouxe diversas revelações valiosas. Constatou, por exemplo, que os jovens têm consciência de que o problema da falta de ética não se restringe "aos outros", mas afeta também seus círculos mais próximos. A nota pior é dada aos outros: 90% consideram "a sociedade" pouco ou nada ética e 74% julgam a mesma coisa em relação aos amigos. Mas a avaliação sobre a própria família e sobre si mesmos também é majoritariamente negativa: 57% em ambos os casos.

A pesquisa apontou também que os professores são um importante referencial ético para os jovens. Eles receberam a segunda melhor nota nesse quesito, atrás apenas dos bombeiros. Outra revelação importante foi a opinião dos jovens sobre que tipo de ação pode ter mais impacto na mudança do padrão ético dos brasileiros e na construção

de uma sociedade mais honesta. Entre várias possibilidades, a mais indicada foi a proposta de estimular mais conversas e debates sobre o tema, seja em casa, com a família, seja nos ambientes de contato com os amigos – o que inclui a escola. "A pesquisa Datafolha consolidou a nossa crença", afirma Vismona. "Concluímos que o ETCO poderia gerar um efeito multiplicador ao engajar os educadores, que são vistos como um dos maiores referenciais de ética dos jovens, na iniciativa de incluir ou ampliar a discussão desse tema com seus alunos."

ROUBOU OU SALVOU UMA VIDA?

O passo seguinte foi criar um material que pudesse auxiliar os professores nessa tarefa. O ETCO contratou uma equipe especializada para produzir e disponibilizar na internet um conjunto de sugestões de atividades sobre ética para sala de aula. Esse trabalho foi envolvido por uma série de cuidados, a começar pela determinação de não criar um guia de "lições de moral", como conta a consultora Denise Hirao, responsável pela elaboração do material. "Não tivemos a pretensão de ´ensinar´ o que é ou não ético. Criamos atividades com o objetivo de provocar a reflexão dos jovens sobre como formulam os seus próprios parâmetros éticos e as razões pelas quais obedecem ou não a eles", ela explica.

Outra preocupação foi criar propostas de aula interessantes para os jovens com base nas recomendações pedagógicas mais atuais. Nesse sentido, buscou-se aproximar o tema à realidade dos alunos e utilizar recursos modernos como charges e enredos que promovem a participação dos estudantes e a interação entre eles. Em uma das atividades,

PESQUISA DATAFOLHA

Estudo mostra o que os **jovens pensam sobre ética**

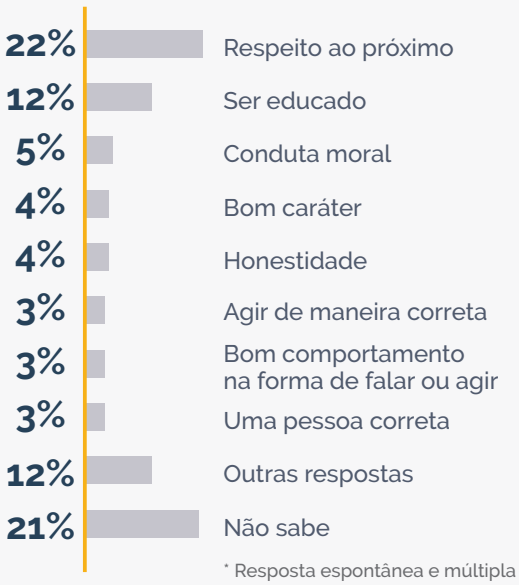
Trabalho foi realizado pelo Datafolha a pedido do ETCO. Conheça os principais resultados

O que os jovens brasileiros pensam sobre ética? Como avaliam suas próprias condutas e a de outros grupos? O que acreditam que deve ser feito para que sua geração possa assumir a missão de transformar o País? Essas foram as principais indagações que o ETCO e o Datafolha procuraram responder por meio do estudo "Ética entre os Jovens".

A pesquisa mostrou que os jovens consideram a sociedade brasileira muito mal nesse quesito – e também se consideram pouco éticos. Apontam bombeiros e professores como as categorias mais éticas entre as pesquisadas e acreditam que a transformação dos padrões morais dos brasileiros passa pelo incentivo a mais conversas e debates sobre o assunto.

A pesquisa ouviu 1.048 pessoas de 14 a 24 anos, em 130 municípios, entre os dias 7 e 13 de março de 2017. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro, de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. Confira os números.

1 Quando você ouve falar na palavra ética, o que vem à sua cabeça?



* Resposta espontânea e múltipla

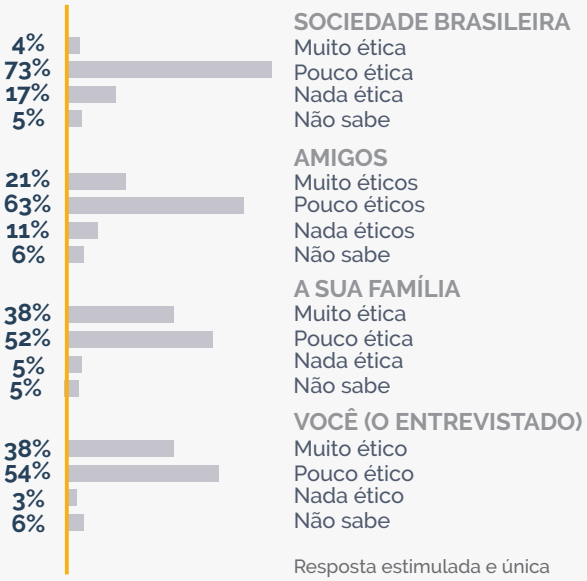
por exemplo, os jovens se dividem em diferentes grupos para julgar a ação de uma funcionária pública que desviou um medicamento de um posto de saúde para salvar a vida de uma vizinha. Em outra, se deparam com o dilema entre deixar de comprar livros didáticos para todos os alunos ou recorrer a vendedores que cobram preços bem menores, mas adotam práticas criminosas. Temas como corrupção, bullying e direitos humanos também estão presentes no material *(veja mais detalhes das atividades na página 10).*

Para os próximos meses, o desafio é ampliar o alcance do projeto. Na Secretaria da Educação de São Paulo, o projeto conta com amplo apoio. O secretário estadual, Renato Nalini, fechou parceria com o ETCO prevendo várias iniciativas para difundir as atividades nas escolas paulistas. "Estimular reflexões sobre a ética entre os jovens é uma missão extremamente importante", avalia Nalini.

O primeiro evento dessa parceria ocorreu juntamente com o lançamento do projeto: um debate sobre ética na escola que reuniu nomes como o secretário Estadual de Educação Adjunto, Francisco José Carbonari, o Ouvidor Geral do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, e os educadores Eunice Prudente e Adriano Marangoni, além do presidente do ETCO.

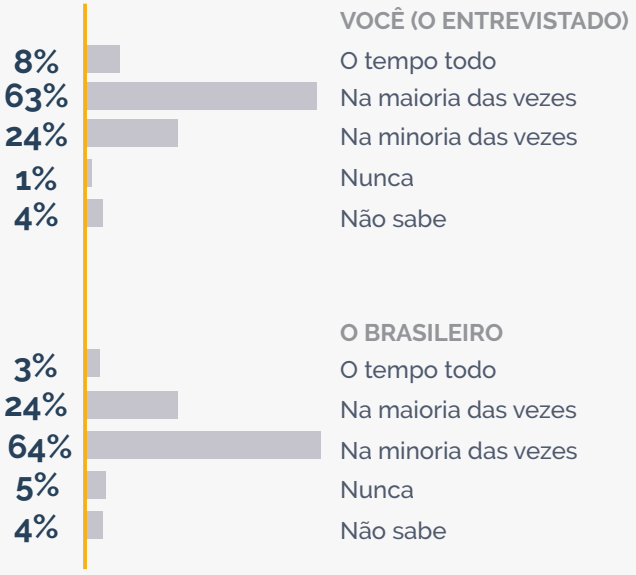
O lançamento do projeto e os resultados da pesquisa feita pelo Datafolha foram divulgados por diversos veículos de comunicação, ajudando a ampliar o seu impacto e a atrair o interesse de outros órgãos de educação. A expectativa é que novas parcerias sejam fechadas no segundo semestre e que a iniciativa seja difundida por todo o país.

2 O quanto você, sua família, seus amigos e os brasileiros em geral são éticos?



Resposta estimulada e única

3 Com que frequência você e os brasileiros em geral agem de forma ética?



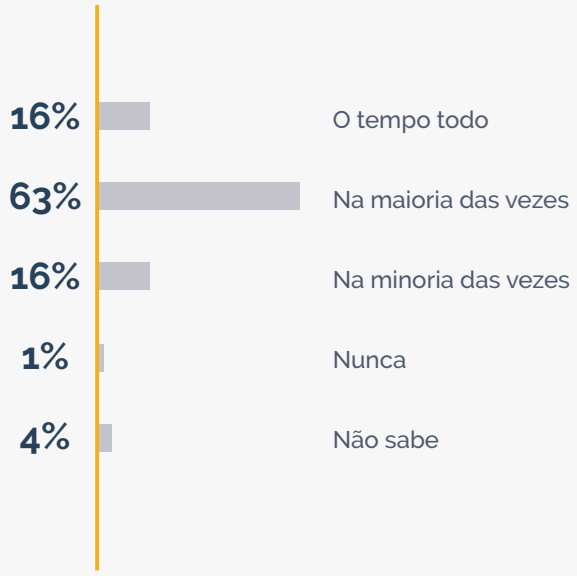
Para **professores** e **alunos**

As atividades que o ETCO criou para estimular o debate sobre ética em sala de aula (disponíveis no site www.eticaparajovens.com.br)

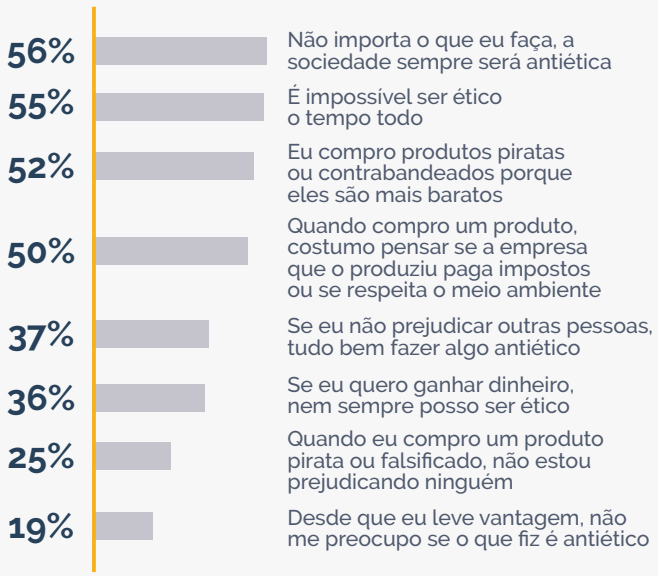
ATIVIDADE	OBJETIVO
O que é ética?	Estimular a reflexão dos jovens sobre sua própria formulação de referenciais éticos por meio de um jogo envolvendo um dilema ético de uma personagem fictícia.
A ética da sala de aula	Fomentar a reflexão sobre a ética em ambientes coletivos. Para isso, os jovens são convidados a identificar condutas antiéticas comuns na sala de aula e propor regras para evitá-las.
A minha ética e a ética do grupo	Provocar, por meio de um exercício sobre bullying, a reflexão a respeito da influência dos colegas e a própria autonomia para agir de acordo com a sua ética.
Quem é ético?	Incentivar os alunos a refletir sobre o tema com base em resultados da pesquisa ETCO-Datafolha "A ética entre os jovens".
Coerência ética	Despertar o senso crítico dos estudantes sobre incoerências éticas comuns entre discurso e prática, ilustradas por meio de charges.

PESQUISA DATAFOLHA

4 Você acha que é possível ser ético no dia a dia com que frequência?



5 Concorda (totalmente ou em parte) com as frases a seguir?



ATIVIDADE	OBJETIVO
Práticas concorrenciais ilícitas	Abordar o tema da ilegalidade na prática comercial por meio de um jogo em que os alunos desempenham o papel de empresas, consumidores, trabalhadores e governo.
Corrupção	Estimular a reflexão dos jovens sobre a relação entre condutas éticas e corrupção.
Estado Democrático de Direito 1	Abordar a democracia representativa e o processo legislativo por meio de um jogo em que os alunos serão os vereadores de uma Câmara Municipal.
Estado Democrático de Direito 2	Discutir a aplicação da lei, o princípio da igualdade e o dever do Estado de garantir um direito social por meio da simulação do julgamento de um caso de corrupção no serviço público.
Direitos humanos	Instigar a reflexão dos alunos sobre os direitos humanos como referência ética básica para a sociedade brasileira contemporânea. A atividade utiliza um vídeo documentário sobre o Holocausto e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

6 De 0 a 10, o quanto você considera estes profissionais éticos?

7 De 0 a 10, o quanto você acha que estas atitudes poderiam tornar a sociedade brasileira mais ética?

O RISCO DA VOLTA DAS FRAUDES FISCAIS NA INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Receita Federal suspende sistema de controle de produção que tinha conseguido reduzir a sonegação – substituto ainda é uma incógnita

No fim do ano passado, o governo federal abandonou um dos mais bem-sucedidos sistemas de controle físico de produção de bebidas do mundo, que havia con-

seguido reduzir drasticamente as fraudes fiscais nesse segmento. O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, se diz preocupado com os impactos dessa decisão. "O equipamento anterior funcionava em 320 fábricas no Brasil e foi desativado em 13 de dezembro de 2016. A Receita se comprometeu publicamente a desenvolver um novo sistema, mas é importante que isso seja feito com prioridade e celeridade", afirma.

Segundo dados da própria Receita Federal, o antigo sistema aumentou em 40% a arrecadação federal sobre o setor de bebidas após sua instalação, em 2008. Foram R$ 4,5 bilhões a mais para os cofres públicos. "É inegável que a ausência de um controle físico de produção pode abrir espaço para que determinados players do setor de bebidas passem a sonegar impostos", alerta Vismona.

O histórico justifica essa preocupação. Até o início dos anos 2000, o setor de bebidas foi palco de muitos casos de empresas que faziam da sonegação de impostos a sua estratégia de negócio – e que conseguiam crescer muito rápido no mercado. É fácil entender por que elas se davam tão bem nisso. Bebidas são um produto de altíssima demanda (mais de 25 bilhões de litros por ano) e carga tributária elevada (acima de 50%). Uma empresa que sonega impostos consegue vender rapidamente toda a sua produção cobrando preços impraticáveis para quem recolhe corretamente os impostos.

CONTROLE FÍSICO FOI A SOLUÇÃO

Em 2003, a sonegação era estimada em 30% na cadeia de produção e distribuição de refrigerantes e 15% na de cervejas. Naquele ano, o governo começou a virar o jogo. Primeiro, exigiu que as empresas instalassem medidores de vazão em suas linhas de produção; e em 2008 evoluiu o modelo para a adoção do Sistema de Controle de Produção de Bebidas, o Sicobe, que melhorou ainda mais a fiscalização. "De forma online, o sistema enviava à Receita Federal, diretamente das fábricas, as informações sobre o fabricante, a marca, a data de fabricação da bebida, o volume e o tipo de embalagem, permitindo assim a codificação dos produtos que saíam da linha de produção", conta Vismona.

O Sicobe foi extinto em meio à operação Esfinge, da Polícia Federal, deflagrada no início de 2016, que levantou suspeitas sobre o processo de licitação que resultou na contratação da empresa responsável pela implantação do sistema.

Quando anunciou o fim de um modelo antes de ter seu substituto pronto, o governo afirmou acreditar que outro mecanismo recém-criado poderia evitar a sonegação. Ele se referia à implantação do chamado Bloco K do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), que obriga as empresas a enviar dados detalhados à Receita sobre todas as suas compras de insumos. O sistema começou a ser utilizado no início deste ano, ainda em versão simplificada. Mas o presidente do ETCO tem outra opinião. "Não acreditamos que seja suficiente", ele afirma.

O novo sistema de controle físico que está sendo desenvolvido pela Casa da Moeda prevê monitoramento muito mais detalhado das linhas de produção, utilizando a tecnologia conhecida por QR Code. Mas há dúvidas quanto à necessidade de tanta complexidade, aos custos e ao prazo de implantação. "O cronograma original apresentado pela Casa da Moeda prevê que 100% das fábricas de bebidas estarão com um novo equipamento instalado apenas em março de 2019", lembra o presidente do ETCO. "Dada a relevância desse controle, esse prazo deveria ser revisto, caso contrário, serão quase dois anos sem um mecanismo eficaz de fiscalização, que podem resultar em perda de bilhões de reais aos cofres públicos."

O ETCO vê risco de aumento da sonegação fiscal e da concorrência desleal e cobra rapidez do governo na implantação de um novo sistema de controle físico da produção

O BRASIL QUE NÓS QUEREMOS

Este é o tema de campanha apoiada pelo ETCO contra o contrabando, mal que rouba mercado das empresas nacionais, alimenta o crime organizado e sangra os cofres públicos

Já imaginou o que seria possível fazer com R$ 130 bilhões a mais na economia brasileira? Essa foi a proposta da exposição Cidade do Contrabando, criada pelo artista plástico Mauro Brincante e exibida em Brasília, em março. Com a maquete de uma cidade inteiramente construída com produtos contrabandeados, o artista chamou a atenção para todas as benfeitorias que os brasileiros desfrutariam caso o comércio de produtos ilegais fosse extinto.

Os números são assustadores: com esse valor, que corresponde à riqueza que o Brasil deixou de produzir em 2016 por causa do contrabando, daria para construir mais de 1,3 milhão de casas populares, mil hospitais, 65 mil creches ou 25 mil escolas públicas. São perdas que país nenhum pode se dar ao luxo de ignorar – e muito menos deixar que cresçam ano a ano, como vem acontecendo.

A exposição foi uma das ações da campanha O Brasil que Nós Queremos, realizada pelo Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro. O Movimento foi criado pelo ETCO e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) e conta com o apoio de 70 entidades. O objetivo é unir forças e mobilizar autoridades dos três poderes e a sociedade na luta contra essas práticas ilegais.

CRIME ORGANIZADO

"O país no qual todos nós desejamos viver um dia só pode começar a ser construído se deixarmos de lado a retórica e

partirmos para ações imediatas e efetivas de mudança e que tenham o comprometimento de todos", afirma Edson Vismona, presidente executivo do ETCO. "Pela nossa experiência, melhorar o ambiente de negócios, simplificando as atividades empreendedoras, e combater a corrupção e a ilegalidade são os caminhos para alcançar esse país dos sonhos. Além de prejudicar o Brasil economicamente, atividades como o contrabando de cigarros financiam o crime organizado, aumentando a cada dia os índices de violência que afligem a população. O que precisamos é evoluir, de uma vez por todas, do discurso para a prática, com medidas que de fato fiscalizem e coíbam essas atividades, incentivando a indústria a voltar a investir e o comércio a vender."

Outra ação da campanha envolveu o jornal Folha de S. Paulo. Quem foi às bancas ou recebeu a publicação em casa no dia 29 de março ficou surpreso com as manchetes da primeira página. A principal dizia: "Contraban-

HORA DE AGIR
Em evento em Brasília, Edson Vismona cobrou menos retórica e mais ação contra o contrabando

> Os esforços no combate às práticas ilícitas devem ser unificados. Não faz mais sentido que o poder público, o parlamento e a sociedade civil atuem de forma isolada e descoordenada
>
> **Efraim Filho, deputado federal**

do paraguaio cai ao mínimo histórico". E as demais traziam outras "boas notícias" relacionadas com o problema, como a vitória do Estado na guerra contra as quadrilhas que utilizam o contrabando para financiar o tráfico de drogas e outros crimes: "Poder público retoma bairros na periferia de São Paulo". Infelizmente, não eram manchetes verdadeiras, mas sim uma sobrecapa publicitária com notícias dos sonhos de um país que já tivesse conseguido resolver o problema do contrabando.

APOIO DO LEGISLATIVO

O problema foi discutido por especialistas no dia 3 de agosto, em evento que foi realizado na FIESP para comemorar o primeiro Dia Estadual de Combate ao Contrabando de São Paulo. A data foi instituída por projeto de lei do deputado Jorge Caruso (PMDB), da recém-formada Frente Estadual de Combate ao Contrabando. O objetivo é que todos os anos, nesse dia, os paulistas possam debater os desafios e resultados dessa luta. "O contrabando é uma atividade dominada por quadrilhas como o PCC. Os criminosos utilizam os lucros gerados pelo contrabando para financiar outros crimes como o tráfico de drogas e de armas", afirma Caruso.

O legislativo paulista segue o bom exemplo do Congresso Nacional, que há dois anos criou uma Frente Parlamentar com o mesmo propósito, presidida pelo deputado federal Efraim Filho (DEM/PB). "Os esforços no combate às práticas ilícitas devem ser unificados. Não faz mais sentido que o poder público, o parlamento e a sociedade civil organizada atuem de forma isolada e descoordenada", afirma Efraim.

Além de prejudicar a economia e o desenvolvimento do país, o contrabando traz para o mercado brasileiro produtos sem controle de qualidade e higiene, que colocam em risco a vida e a saúde do consumidor. A lista inclui desde óculos de sol que causam danos à retina até brinquedos cortantes e pontiagudos, inadequados para crianças, e cigarros com pelos de rato e patas de barata, que acabam sendo consumidos inadvertidamente pela população.

Nos mesmos veículos e esquemas usados para contrabandear esses produtos, as facções criminosas trazem também armas e drogas que alimentam a violência nas grandes metrópoles. "A luta contra a ilegalidade é uma luta a favor da vida. A violência que está nas ruas, e que tanto nos amedronta, é financiada pelo contrabando", afirma Vismona.

APOIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A população brasileira concorda. Em recente pesquisa realizada pelo Datafolha, a pedido do Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, 84% dos entrevistados disseram acreditar na ligação entre o contrabando de cigarros e o crime organizado.

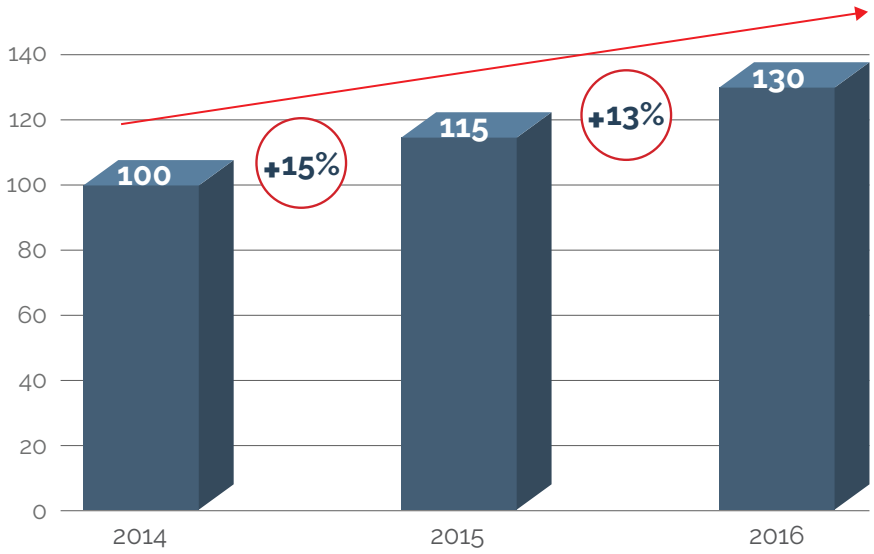
> Os criminosos utilizam os lucros gerados pelo contrabando para financiar outros crimes, como o tráfico de drogas e de armas
>
> **Jorge Caruso, deputado estadual (SP)**

Combater o problema exige um esforço constante de todos os atores da sociedade e o engajamento efetivo do Governo Federal na fiscalização de nossas fronteiras. Em março, como parte da campanha O Brasil que Nós Queremos, o ETCO articulou com o Ministério da Justiça a assinatura de um protocolo de intenções, que prevê um conjunto de medidas e ações de inteligência para reprimir o contrabando no território nacional.

Só assim, somando esforços, o Brasil conseguirá se livrar com mais rapidez dessa cultura da ilegalidade e, consequentemente, aumentar a arrecadação de impostos, investir mais em programas sociais, coibir o consumo de produtos danosos à saúde da população e reduzir a violência e a atuação do crime organizado nas grandes cidades. "O Brasil que nós queremos é o país da ordem e do progresso, que gera riquezas, empregos e desenvolvimento para todos os brasileiros", reforça Vismona.

Pior a **cada ano**

Os prejuízos de empresas brasileiras e do governo com o contrabando (em R$ bilhões)



Fonte: Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), com dados dos setores de tabaco, vestuário, combustíveis, cosméticos, medicamentos e mais 11 segmentos

CULPA DE QUEM?

O Datafolha perguntou aos brasileiros quem são os culpados pelo contrabando e por que o País não consegue vencer esse crime. A seguir, os principais resultados:

84% dos brasileiros veem ligação entre contrabando de cigarros e o crime organizado no Brasil

77% reprovam a atuação das autoridades brasileiras no combate ao crime nas fronteiras do país

73% consideram que o governo paraguaio também não atua com efetividade na fiscalização de suas fronteiras

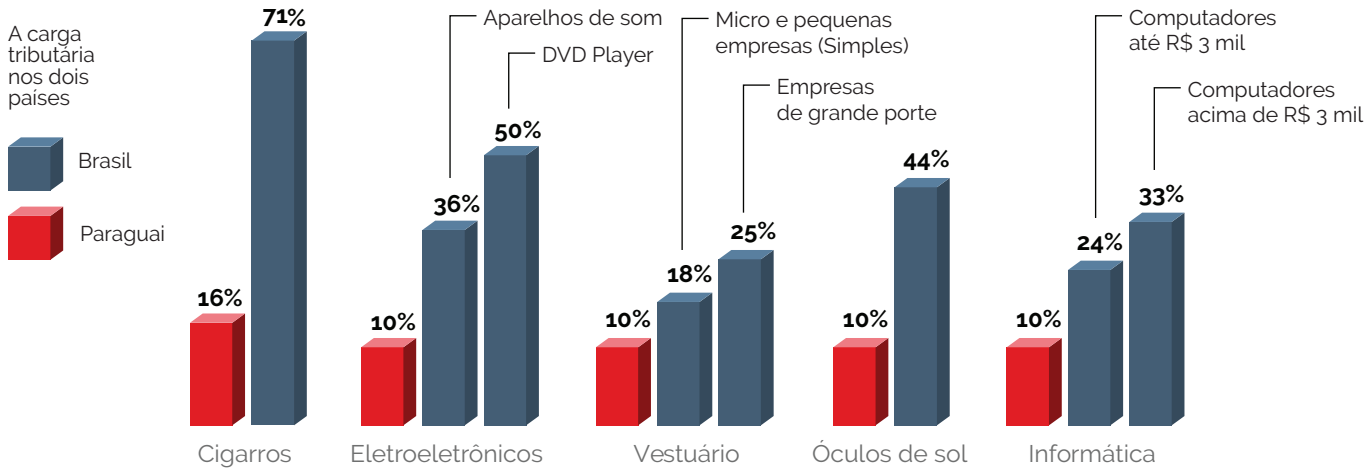
76% dos que reprovam a atuação de ambos os governos na repressão ao contrabando acreditam que isso acontece porque os políticos e autoridades lucram com esse tipo de negócio

SETOR DE TABACO **É O MAIS AFETADO**

Cigarros representam mais de 65% do contrabando, com 31,5 bilhões de unidades

De cada três cigarros consumidos no Brasil, um é contrabandeado. Só no ano passado, foram comercializados 31,5 blhões de unidades ilegais. Para os contrabandistas, o produto é o mais lucrativo: representa mais de 65% da receita dos criminosos. Chegou-se ao cúmulo de a marca mais vendida no País ser a paraguaia Eight, trazida por contrabando e, portanto, sem pagar impostos nem cumprir nossas leis sanitárias. Ela é produzida pela Tabacalera Del Este S.A. (Tabesa), que pertence ao presidente do Paraguai, Horacio Cartes. "Falta competência na vigilância das fronteiras e há omissão das autoridades paraguaias, beneficiadas pelo contrabando de cigarros para o Brasil", afirma Edson Vismona, presidente do ETCO.

Outros segmentos que sofrem muito com a concorrência do contrabando paraguaio são os de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, óculos de sol e vestuário. Em todos eles, o estímulo ao crime está relacionado com a diferença entre a carga tributária dos dois países. Os impostos sobre óculos de sol, por exemplo, que no Brasil chegam a 44% do preço final do produto, no Paraguai são de apenas 10%. No caso do cigarro, a diferença é ainda maior: lá, os tributos representam 16% do valor pago pelo consumidor, enquanto que aqui esse índice alcança 71% (veja quadro abaixo).



SÃO PAULO contra o crime

Maior consumidor de produtos contrabandeados do País, o Estado cria frente parlamentar para combater a atividade

Somente no ano passado, o governo paulista perdeu mais de R$ 3,1 bilhões em tributos por causa do contrabando de tabaco, autopeças, eletroeletrônicos, bebidas e combustíveis. O Estado é o campeão nacional de produtos contrabandeados e também um dos principais polos de distribuição dessas mercadorias para o resto do país.

O dinheiro que o Estado deixou de arrecadar em 2016 daria para construir 26 novos hospitais ou 107 novos CEUs. Para estancar essas perdas e combater o crime, a Assembleia Legislativa criou em junho a Frente Parlamentar Estadual de Combate

IMPACTOS do contrabando em São Paulo

R$ 3,13 BILHÕES ao ano deixam de ser arrecadados em tributos no Estado por causa do contrabando

Esse valor daria para construir...

- **26** HOSPITAIS
- **521** UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO
- **6.200** UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
- **1.500** CRECHES
- **33.000** CASAS POPULARES
- **125** QUILÔMETROS DE ESTRADAS DUPLICADAS
- **17** PONTES
- **107** ESCOLAS PADRÃO CEU
- **600** ESCOLAS PÚBLICAS
- **6** AEROPORTOS
- **2** PORTOS

Só na capital são consumidos...
40% de todo o contrabando nacional
45% dos cigarros contrabandeados para o país

Fonte: Associação Brasileira de Combate à Falsificação

ao Contrabando, liderada pelo deputado estadual Jorge Caruso (PMDB). "É claro que uma importante parte dessa luta tem de ser travada nas fronteiras brasileiras, pois precisamos fechar as portas para a entrada ilegal de produtos vindos do Paraguai. Mas outra importante frente de atuação deve ser o combate ao comércio dessas mercadorias em nossas cidades", justifica Caruso. "Isso é responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras, que já possuem diversos mecanismos para atingir esse objetivo, sejam eles na área de inteligência e repressão, sejam políticas tributárias que retirem dos produtos contrabandeados sua principal vantagem sobre aqueles fabricados legalmente no país: o preço."

A Frente Parlamentar também pretende propor leis para reforçar o combate ao crime, cobrar mais ação repressiva do poder executivo e levar a discussão para toda a sociedade por meio de ações de mobilização e debates públicos. "Lutar contra o contrabando no Estado é lutar a favor da cidadania e da concretização de uma realidade almejada por toda a população de São Paulo", lembra o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona.

Por que o Brasil precisa se unir **AO MOVIMENTO COMBUSTÍVEL LEGAL**

Iniciativa apoiada pelo ETCO busca mobilizar a sociedade contra as crescentes fraudes na venda de gasolina, álcool e diesel

A maior parte dos brasileiros e muitas autoridades ainda não se deram conta de um problema grave que vem ocorrendo no Brasil: depois de um período de redução, as fraudes no setor de combustíveis voltaram a crescer. Como resultado, tem havido inadimplência no pagamento de tributos, maior incidência de venda de carga roubada, adulteração de produto, com mistura de substâncias mais baratas e com tributação menor, e também fraudes nos medidores das bombas de abastecimento – a chamada bomba baixa. Essas práticas degradam o ambiente concorrencial e prejudicam a todos: consumidores, empresários honestos, o Estado que deixa de arrecadar e a população que depende dos serviços financiados pelos impostos, como educação, saúde e segurança.

Alertar a população sobre a existência e o crescimento desses problemas e unir forças para combatê-los é o propósito de uma ação apoiada pelo ETCO e liderada pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). Trata-se do Movimento Combustível Legal, que começou a ser preparado em novembro de 2016 e foi lançado oficialmente em agosto de 2017.

"Esse setor é muito afetado por práticas desleais", afirma o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona. "Além dos impactos da crise econômica, as empresas corretas sofrem por ter de disputar um mercado tão sensível a preço com competidores desonestos que recorrem aos mais variados expedientes ilícitos para vender mais barato."

Nos últimos anos, vêm aumentando os casos de adulteração de combustíveis, roubo de cargas e bomba baixa que prejudicam concorrentes honestos, consumidores e o país como um todo

UMA NOVA DOENÇA

O diretor de Planejamento Estratégico do Sindicom, Helvio Rebeschini, explica as razões que levaram à criação do Movimento. "A partir do final de 2014, notamos uma deterioração do mercado do ponto de vista concorrencial e o crescimento de novas práticas ilícitas, diferentes das que haviam ocorrido no passado. A doença agora é outra, e os remédios antigos não funcionam mais", explica Rebeschini. "Paralelamente, constatamos que continua havendo um alto grau de desconhecimento da população, da mídia e de autoridades sobre a importância do nosso segmento para as pessoas e os prejuízos que essas fraudes causam ao País. O Movimento Combustível Legal tem o objetivo de conscientizar a sociedade, unir forças e implementar um conjunto de ações para coibir essas práticas."

Fraudes não são novidade nesse segmento. Elas eram pouco comuns até o

Empresas que adotam o lema "devo tributo, não nego, mas não pago" estão na origem da piora das condições do mercado e do aumento das práticas ilegais no segmento

início dos anos 1990, quando havia forte controle do Estado sobre a distribuição e venda de combustíveis, que tinham seu preço tabelado. A desregulamentação do setor, que por um lado gerou mais concorrência, também deu início a uma onda de fraudes a partir do final da década. Naquela época, um dos problemas mais graves era a sonegação de impostos, que em seguida evoluiu para um período conhecido no setor como o da "guerra de liminares": para continuar sonegando, algumas empresas entravam na Justiça contestando as novas normas de regulamentação e a legislação tributária que estavam sendo implantadas pelo órgão regulador e pelo fisco. Outro problema comum era a adulteração dos combustíveis com a mistura de produtos menos tributados e por isso mais baratos, o que tornava os preços de venda artificialmente menores.

AS RAZÕES DA MELHORA

Iniciativas que contaram com o apoio do ETCO e do Sindicom conseguiram reverter esse quadro ao redor de 2005. Rebeschini cita, entre as mais eficazes, a adoção da substituição tributária no setor, que passou a concentrar o recolhimento de impostos no primeiro elo da cadeia produtiva, representado por produtores e importadores de combustíveis.

Outro instrumento importante, segundo o presidente do ETCO, foi a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, cujo desenvolvimento teve a participação efetiva do Instituto. "Esse foi um dos maiores avanços no combate à sonegação em todos os segmentos", ressalta Vismona.

A batalha contra a adulteração contou com ações como a obrigatoriedade da coloração laranja do etanol anidro, tipo que é misturado à gasolina, e a adoção de leis mais duras contra os criminosos. Em São Paulo, por exemplo, desde 2006 empresas acusadas de adulteração estão sujeitas à perda da inscrição estadual.

EFEITO CASCATA

"As fraudes nunca deixaram de existir, mas entre 2005 e 2013 ficaram mais ou menos controladas", lembra o diretor do Sindicom. A deterioração verificada nos últimos anos tem algumas razões. "Em parte, ela tem a ver com a recessão econômica, com impactos na demanda e pressão de custos. Isso acabou pressionando as empresas e levando algumas para a ilegalidade", diz Rebeschini. "E a crise fiscal também provocou contingenciamento no orçamento público e acabou enfraquecendo os órgãos de fiscalização. "

Mas o principal fator foi o surgimento da figura do devedor contumaz de tributos, um fenômeno que começou a ser observado em 2010, mas se acirrou nos anos seguintes. Trata-se de uma nova forma de batalha judicial, agora não mais em busca de liminares para permitir a sonegação, mas sim para sustentar a inadimplência tributária deliberada.

"O fraudador percebeu que dever tributos, mesmo de propósito e por longos períodos, não lhe causa problemas muito graves. Ele sabe que, se adulterar ou sonegar, é criminalizado, então adotou o lema ´devo, não nego e não pago´. Normalmente, são empresas sem patrimônio, sócios nem sempre verdadeiros e que não têm nada a

perder", esclarece o diretor do Sindicom.

Essas empresas contam com a morosidade dos processos administrativos e da Justiça e com a falta de atualização da legislação que diferencia o devedor eventual de tributos do inadimplente contumaz, que faz dessa prática a estratégia do seu negócio. O remédio para combater esse novo mal envolve a regulamentação de um dispositivo constitucional que permite tratamento diferenciado contra tais contribuintes (veja matéria na pág. 24).

De acordo com Rebeschini, o devedor contumaz acaba desencadeando outras fraudes. "É um efeito cascata ou efeito onda. Um posto compra combustível de um distribuidor que não paga tributos e reduz seus preços. Os seus concorrentes vizinhos, para não perder clientes, abrem mão de sua rentabilidade até onde podem aguentar, daí em diante fecham as portas ou vendem o negócio para um concorrente fraudador ou acabam indo para o comércio irregular. Os sem escrúpulos entram no negócio de carga roubada, adulteração de combustível, ´bomba baixa´ e por aí vai", ele observa.

Além de prejudicar os consumidores e os concorrentes honestos, essas fraudes desviam bilhões dos cofres públicos. Juntas, a sonegação e a inadimplência do ICMS produzem uma perda anual de R$ 4,8 bilhões, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas. Dinheiro que poderia ser usado para construir ou melhorar hospitais, escolas, segurança e outros serviços públicos.

O que precisa **ser feito**

As medidas que o Movimento Combustível Legal defende para combater as fraudes

1
Criação de forças-tarefa permanentes agrupando os órgãos de fiscalização.

2
Leis que revoguem a Inscrição Estadual de empresas que cometerem fraudes deliberadamente.

3
Revisão de normas de regulação e procedimentos de importação de diversos produtos usados na produção de combustíveis.

4
Fortalecimento ou incentivo à criação de regimes especiais de fiscalização e tributação estaduais para combater sonegadores e devedores contumazes de impostos.

5
Estabelecer jurisprudência diferenciando o devedor contumaz do devedor eventual de tributos.

6
Uniformizar alíquotas de ICMS sobre combustíveis entre os estados.

7
Concentrar a tributação da cadeia produtiva no elo de produção e importação.

8
Equiparar alíquotas do PIS e Cofins e do ICMS das correntes de derivados com as alíquotas dos combustíveis afins.

ETCO APOIA REGULAMENTAÇÃO de lei sobre regime especial de tributação

Projeto que normatiza artigo 146-A da Constituição representa um grande avanço no combate à concorrência desleal

O Congresso Nacional deve iniciar nos próximos meses a tramitação de um projeto de lei que representará um marco extremamente importante no combate a práticas de concorrência desleal baseadas na inadimplência tributária. Trata-se da regulamentação do artigo 146-A da Constituição Federal. Esse artigo foi aprovado na minirreforma constitucional de 2003, mas sua entrada em vigor aguarda desde então a aprovação de uma lei complementar.

O novo projeto tratará da criação de regimes especiais de cobrança de impostos e fiscalização de empresas que têm vantagens tributárias indevidas. De acordo com o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, esse é um problema grave, sobretudo em segmentos sujeitos a alta tributação, como combustíveis, bebidas e cigarros. "Nessas condições, uma empresa que tem uma vantagem tributária injusta e a repassa aos preços produz graves danos aos demais competidores e ao ambiente concorrencial", afirma.

Um caso que ilustra bem o problema e a dificuldade em combatê-lo é o dos devedores contumazes de tributos: empresas que declaram normalmente suas vendas, mas agem de forma sistemática para não pagar os impostos, utilizando-se da máxima "devo, não nego e não pago".

Embora o fisco entre na Justiça para cobrar a dívida, elas utilizam os mais variados recursos para prolongar ao máximo o processo – e quando, após vários anos, são finalmente obrigadas a pagar seus débitos, não há dinheiro nem patrimônio disponível.

> **Não há que se falar em sanção política se as restrições objetivam combater estruturas empresariais que têm na inadimplência tributária sua maior vantagem concorrencial**
>
> Joaquim Barbosa, ex-presidente do STF

"Muitas vezes, estão registradas em nome de ´laranjas´, enquanto o verdadeiro dono já abriu outra empresa para começar tudo de novo", afirma Vismona.

BATALHA JURÍDICA

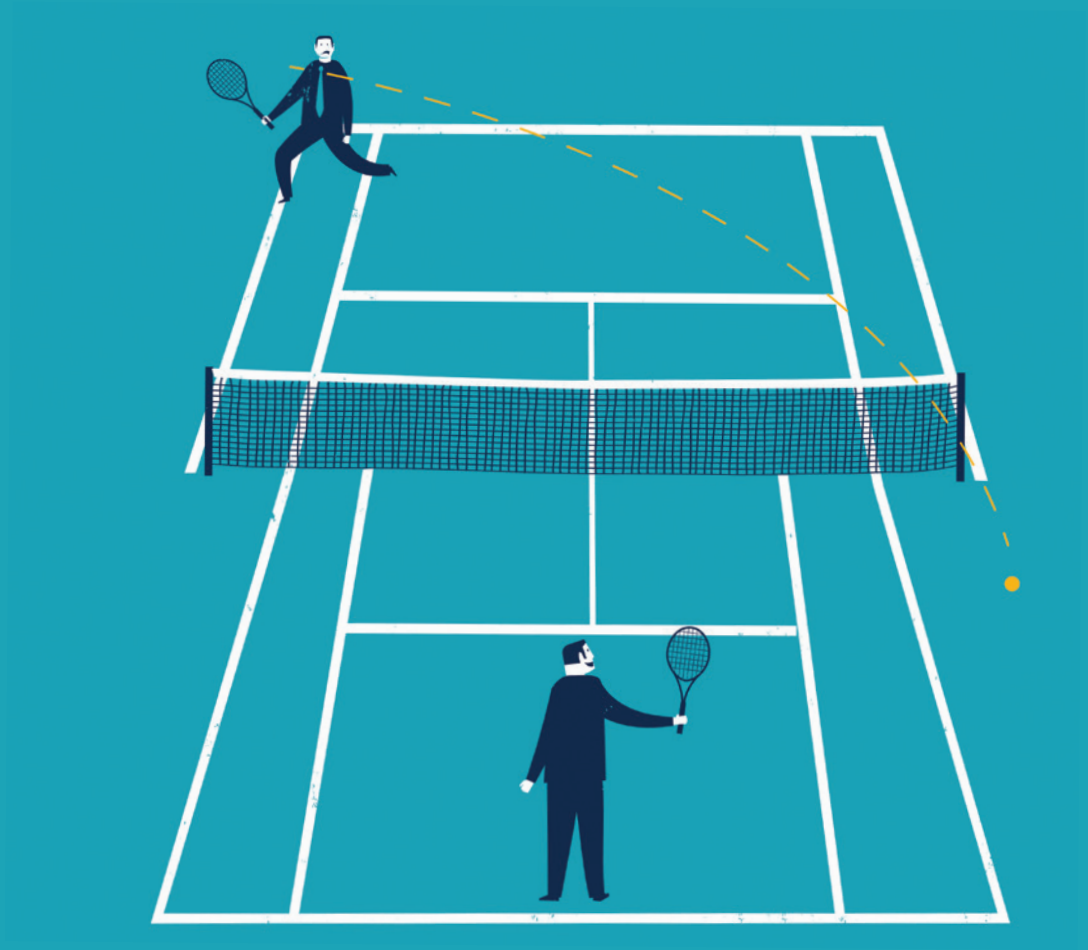
E por que é tão difícil combater esse tipo de prática na Justiça? É aí que entra a importância do artigo 146-A da Constituição e o novo projeto de regulamentação. No caso do devedor contumaz, uma solução aparentemente simples seria exigir que a empresa recolhesse impostos antecipadamente para continuar operando – mas a lei brasileira não é clara sobre a possibilidade de tratar alguns contribuintes de maneira diferenciada. Segundo o tributarista Hamilton Dias de Souza, membro do Conselho Consultivo do ETCO, no passado o Supremo Tribunal Federal (STF) já tomou decisões, expressas em três súmulas históricas (de números 70, 323 e 547), proibindo o fisco de adotar medidas coercitivas (ou "sanções políticas", na linguagem jurídica) com o propósito específico de obrigar o contribuinte a pagar os impostos devidos.

O doutor Hamilton lembra que o próprio STF já avançou nessa matéria ao ressalvar, em julgamento do plenário, em 2013 (RE 550.769/RJ), que esse direito não se aplica a casos em que a vantagem tributária provoca desequilíbrio concorrencial. O relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, justificou assim o seu voto: "Não há que se falar em sanção política se as restrições à prática de atividade econômica objetivam combater estruturas empresariais que têm na inadimplência tributária sistemática e consciente sua maior vantagem concorrencial".

Apesar desse avanço, ainda há casos, seja de devedores contumazes, seja de empresas com outras vantagens tributárias prejudiciais à concorrência, que percorrem todo o caminho do judiciário até chegar ao STF, num processo que chega a levar mais de dez anos.

A regulamentação do artigo 146-A criará regras claras para que a União, os Estados e os Municípios estabeleçam regimes especiais de tributação e fiscalização amparados na Constituição, dificultando a obtenção de liminares e outras decisões postergatórias.

O ETCO apoia a regulamentação, atua como *amicus curiae* em processos judiciais e contribuiu com estudos que deverão nortear sua discussão no Congresso. Se for aprovada, permitirá que a União, os Estados e os Municípios criem leis mudando, por exemplo, a fase de cobrança de um tributo ao longo da cadeia, concentrando seu recolhimento no fornecedor ou cliente da empresa que tem uma vantagem indevida; ou estabelecendo exigências específicas para esses contribuintes, como o envio de relatórios adicionais comprovando o pagamento de tributos. "A lei deve deixar claro que o regime especial só poderá ser usado para combater vantagens tributárias que causam desequilíbrio concorrencial", afirma Vismona. "Sua aprovação trará um benefício enorme ao ambiente de negócios e ao País."



VITÓRIAS NO COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL

Em seus 14 anos, o ETCO criou ou participou de importantes iniciativas em favor da integridade nos negócios. Conheça algumas delas

O ETCO foi criado em 2003 para defender a ética nos negócios. O Instituto luta contra as práticas ilícitas que geram concorrência desleal entre empresas. A lista inclui sonegação fiscal, inadimplência tributária contumaz, contrabando, pirataria, falsificação e adulteração de produtos, entre outras.

Mantido por empresas e associações comprometidas com a integridade nos negócios, o ETCO promove estudos para diagnosticar os problemas, patrocina campanhas para conscientizar e educar a população sobre a importância da ética e participa de ações para prevenir práticas ilícitas, aperfeiçoar as leis e assegurar o seu cumprimento.

Em seus 14 anos, o Instituto já atuou em diversos projetos que ajudaram a melhorar o ambiente de negócios no País. Veja alguns dos principais.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O ETCO contribuiu na concepção e continua ajudando a aperfeiçoar o sistema que proporcionou melhoria na administração tributária, redução de custos para o fisco e para as empresas, aperfeiçoamento do combate à sonegação e eliminação do risco de falsificação de notas fiscais.

MANIFESTAÇÃO DO DESTINATÁRIO

O Instituto apoiou a lei que obriga as indústrias e seus distribuidores a informar o destinatário da mercadoria – e este, a confirmar a compra. O avanço eliminou a prática de simular venda para obter vantagens tributárias ilícitas, reduziu o risco de compradores terem sua Inscrição Estadual utilizada indevidamente e melhorou a arrecadação de impostos.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA FISCAL

Desde 2010, o ETCO mantém parceria com a Secretaria da Fazenda da Bahia para desenvolver e difundir o sistema de inteligência fiscal (Business Intelligence) da Nota Fiscal Eletrônica. Os trabalhos já implantados trouxeram mais agilidade na busca de informações, melhoria na tomada de decisões pelos órgãos de fiscalização e disponibilização gratuita do sistema a outras secretarias de Estado da Fazenda.

SISTEMAS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO

O Instituto ajudou a desenvolver mecanismos para controlar e rastrear a fabricação de produtos de alto potencial de sonegação fiscal, como o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) e o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), que foi desativado pelo governo federal em dezembro de 2016, gerando preocupação em relação a aumento de sonegação nesse segmento (veja matéria na pag. 12).

MOVIMENTO EM DEFESA DO MERCADO LEGAL BRASILEIRO

Em 2014, o ETCO, o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) e a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) criaram o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro para unir forças e atuar de maneira coordenada no combate ao contrabando, à pirataria e à falsificação de produtos. O Movimento conta com o apoio de 70 entidades e já realizou vários projetos, como a instituição do Dia Nacional de Combate ao Contrabando (3 de março) e a campanha O Brasil que Nós Queremos (veja matéria na pág. 14).

ÍNDICE DE ECONOMIA SUBTERRÂNEA

O ETCO criou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), o Índice de Economia Subterrânea, que monitora o tamanho e a evolução da economia informal do País desde 2003. O estudo vinha mostrando uma redução da economia informal desde o início, no entanto as últimas medições apontaram reversão nesse quadro. A crise econômica fez a informalidade crescer.

SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

O ETCO participa de diversos projetos para melhorar a eficiência do sistema de pagamento, fiscalização e cobrança de impostos. Em 2017, está apoiando uma iniciativa do fisco paulista que pretende classificar os contribuintes em relação ao risco tributário, oferecer aos bons pagadores benefícios como a simplificação de procedimentos e fechar ainda mais o cerco aos sonegadores e devedores contumazes. No passado, o Instituto apoiou propostas de unificação cadastral federal, estadual e municipal; o princípio de anterioridade plena, com obrigações acessórias principais definidas até 30 de junho do ano anterior, ressalvados tributos regulatórios; e a simplificação dos procedimentos de inscrição e baixa das empresas.

CRIAÇÃO DE SISTEMAS DIFERENCIADOS DE TRIBUTAÇÃO

Para combater práticas tributárias que conferem vantagens competitivas desleais, o fisco precisa contar com instrumentos legais que permitam agir de forma diferenciada contra os contribuintes que as utilizam. Esse é o espírito do Artigo 146-A da Constituição Federal, aprovado em 2003 por Emenda Constitucional, que contou com o apoio do ETCO. Desde então, o Instituto atua para aprovar Lei Complementar regulamentando esse dispositivo (veja matéria na pág. 24).

CONHECIMENTO SOBRE ÉTICA

No campo do saber, o Instituto já patrocinou dezenas de pesquisas, seminários e também a edição de livros sobre temas relacionados com a ética. Entre eles, três volumes sobre a Cultura das Transgressões no Brasil, reunindo contribuições de pensadores como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Renato Janine Ribeiro e Aristides Junqueira, e os livros O Cerco aos Corruptores e Ética Concorrencial.

A inspiração do passado e a esperança no futuro

Marcilio Marques Moreira*

Em momentos de turbulência política, incerteza econômica, confusão conceitual e grave crise ética, cabe revisitar as lições do passado e o legado de nossos "maiores e melhores", cuja vida, obra e ideais podem servir-nos de inspiração

Junho de 1964. Amanhece domingo radiante em Paris. San Tiago Dantas resolve despedir-se de Chartres. Tomamos o caminho tantas vezes percorrido por Péguy, através dos trigais da Beauce. Súbito, surge no horizonte o perfil da Catedral de Chartres. San Tiago lembrando-nos da véspera, em que assistíramos a cerimônia do oitavo centenário da Notre-Dame, recita o poeta:

"Nous arrivons vers vous de l'autre Notre-Dame,
De celle qui s'élève au coeur de la cité
Dans sa royale robe et dans sa majesté,
Dans sa magnificence et sa justesse d'âme."

Aproximamo-nos e penetramos, comovidos, a nave da catedral. Acompanha-nos, como que por milagre, uma legião de anjos, um grupo de crianças todas de branco, que caminham para a sua primeira comunhão. Ressoa, grave, majestoso, o órgão irrigando o espetáculo de grandeza: a infância diante do eterno, a frescura das roupas brancas refletindo a luz escura que filtra através dos vitrais, rostos alegres face aos tons severos da pedra e da música. San Tiago, discretamente, enxuga uma lágrima que lhe corre pelo rosto. Como sabia apreciar a beleza, o sublime, e como desprezava a mesquinharia, o fútil, o acessório. Pensava e via, ou melhor, previa, em grandes linhas; no xadrez da vida – e da morte – jogava muitos lances à frente do comum dos homens.

Seu desprezo pelo mesquinho não afastava, entretanto, a curiosidade insaciável pelo detalhe, pelo humilde, pelo dado preciso. Livro em punho, percorre minuciosamente as fachadas, comenta a estatuária anônima, admira os vitrais, explica os pormenores arquitetônicos. Mas o cansaço e a dor não o deixam prosseguir. Vai repousar por uns instantes, não para voltar, mas para continuar. Quer visitar Illiers, o Combray da infância de Proust.

*Diante da igreja do vilarejo, entre românica e gótica, da casa de tia Léonie e de Françoise, no jardim "du côté de chez Swann", era o reencontro do tempo perdido. Lembrado do adiantado da hora, responde ser esta a última oportunidade de conhecer diretamente o que só conhecia pela leitura de um de seus autores preferidos. Pergunta pelas **aubépines**, já haviam murchado. Em vida não teria a oportunidade de ver as **aubépines** florir, como também não lhe seria dado ver desabrochar muitas outras flores, que cultivara com tanto zelo.*

A irremediabilidade do tempo foi tema constante de sua reflexão. Era o que o fasci-

San Tiago Dantas entristecia ao ver as elites despreparadas para o exercício consciente de liderança, mas nunca perdeu a fé nos destinos do País. Animava-o a convicção sincera na capacidade de nossas classes populares para impulsionar, no sentido da renovação, da revolução democrática, o curso de nossa História.

*nava em Bergson e Proust, ambos voltados para o mistério do fluir do tempo, e também em Baudelaire, cujos versos sabia de cor: **"Ô douleur, ô douleur! Le Temps mange la vie".** Em nenhum outro momento de sua vida lutou tanto contra o correr do tempo quanto nos três últimos anos de sofrimento, em que se via progressivamente corroído pela doença e pela dor. Mas não desanimava. Lutava dia e noite consciente da verdade de Epicteto: "Por que temer a morte? Não interessa o quanto vivemos, mas sim como vivemos".*

A vitória sobre o tempo entendia só poder ser alcançada pela ação. Superara o saudosismo de Proust para se entregar de corpo e alma à ação modeladora da realidade. Nunca se resignou à posição de mero observador ou intérprete dos acontecimentos; queria atuar sobre eles, modificá-los, reformulá-los, não só em teoria, mas também na prática. Dele foi dito com acerto que era homem dedicado à práxis. Donde o fascínio pela figura de Fausto, que ao traduzir "No princípio era o verbo" abandona a tradução consagrada e escreve "No princípio era a ação".

Sua ação não era ação por si mesma, o movimentar-se sem rumo. Não a confundia com agitação; era, sim, ação consciente, vetorial, teleológica, lastreada no conhecimento seguro dos dados e dos modelos teóricos, visando fim predeterminado. Seu espírito se debatia na tensão entre atitude apolínea e dionisíaca, a mesma dualidade que, na interpretação de Nietzsche, caracterizava o espírito grego. É expressivo que, se no terreno da sensibilidade seu espírito encontrava afinidade com a alma francesa, se no campo do direito o exemplo de Roma era preponderante, sua Weltanschauung foi marcada pelo espírito grego e pelo gênio alemão. Nele se encontravam Prometeu e Fausto, Aristóteles e Kant.

Se quis vencer o tempo através da ação, era porque seu pensamento sempre se formulava em termos históricos. Sem cair nos excessos do historicismo, era homem inserido na História e sensível a suas pulsações. Queria ver o Brasil acompanhar o movimento da História, se possível adiantar-se a ele. Por isso, angustiava-o ver malbaratadas as condições indispensáveis à viabilidade do projeto brasileiro, por incompetência, por desatenção aos ditames da eficiência, por insuficientes coragem e perseverança ou por incompreensão da necessidade de pronta implantação, não verbal ou agitante, mas efetiva e democrática, das inadiáveis reformas política, econômica e social.

Entristecia-se ao ver as elites despreparadas para o exercício consciente de liderança, mas nunca perdeu a fé nos destinos do País. Animava-o a convicção sincera na capacidade de nossas classes populares para impulsionar, no sentido da renovação, da revolução democrática, o curso de nossa História.

Diante dessa confiança nas intuições do povo, redobrava sua pregação para "as elites se modernizarem e modernizarem o País". Lembrava que a maioria dos países subdesenvolvidos, sobretudo da América Latina, havia perdido oportunidade histórica ao se

divorciar das correntes de renovação científica e tecnológica da primeira revolução industrial. E advertiu que "o subdesenvolvimento que resultará da perda de contato com a ciência e tecnologia na era cósmica será muito mais grave do que o anterior, iniciado nas primeiras décadas da era industrial".

San Tiago conseguiu reunir influências e preocupações multiformes para moldar com elas personalidade integral. Era humanista no sentido mais pleno da palavra. Não escondia sua predileção pelos espíritos globais como os de Leonardo da Vinci, cuja obra e vida estudou profundamente. Planejava, mesmo, elaborar estudo sobre o humanista renascentista, em que admirava a sensibilidade artística, o espírito criador, o intelecto lúcido e a curiosidade com o progresso científico e técnico.

Estas reflexões não estariam completas se deixasse de mencionar que também encontrava exemplo no herói de Cervantes. Em suas palavras "o Quixote nos transmite lição de purificação do mundo pelo heroísmo, não por um heroísmo de tipo hercúleo, mas por outro feito de fé inigualável, pureza perfeita e um atributo que a todos resume – o dom de si mesmo".

Esse ideal ele o veio realizar durante os últimos anos de vida, marcados pelo heroísmo tranquilo com que enfrentou a doença, em meio a intensa ação e grave responsabilidade política. Os poucos momentos de alívio só exacerbavam as subsequentes desilusões e desenganos. Ao sofrimento somava-se o espectro da morte que, se para ele não era uma certeza – nunca perdeu a esperança –, não deixou de ser constante companheira, ao menos desde sua estada em Washington, onde, em agosto de 1963, pouco depois de regressar do hospital, recitava Garcia Lorca:

> *"Ay Antoñito el Camborio,*
> *digno de una emperatriz!*
> *acuérda-te de la Virgen*
> *porque te vas a morir."*

*A presença da morte, entretanto, não conseguiu fazê-lo desistir de planejar o futuro e continuar trabalhando para sua concretização. Ao mesmo tempo que, em 1963, se aprofundava na leitura dos estoicos e se iniciava, maravilhado, na de Teilhard de Chardin, procurava burilar sua fonética inglesa através das mais modernas técnicas, em curso iniciado no próprio hospital às vésperas de grave cirurgia. Delineava, entrementes, o esquema de um livro-manifesto, que infelizmente nunca chegou a redigir: **Ideias-mestras para o Projeto Brasileiro.***

*O título é expressivo, pois cada vez mais se concentrava em ideias-mestras, abandonando o ornamental e adjetivo. O estoicismo consciente exerce, sobre ele, o efeito de purificação que traçara nas linhas em que retratou o Quixote. E cuidava em expandir sua capacidade de percepção, tal como o corneteiro Rilke, cujas **Histórias de amor e de morte** se deleitava em lembrar: **"Nur in der Nacht manchmal glaubt man den Weg zu kennen"** (Só à noite é que, às vezes, se pensa conhecer o caminho). Caminho que o levaria cada vez mais perto do essencial, do bem agir, do transcendente, do absoluto.*

*** MARCILIO MARQUES MOREIRA,**
diplomata e ex-ministro da Fazenda, é consultor do ETCO. Escreveu este artigo inspirado em texto que publicou no Jornal do Brasil, em 20 de setembro de 1964, duas semanas após a morte de San Tiago Dantas.

Expediente

ETCO-INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

Presidente Executivo:
Edson Luiz Vismona

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:
Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Titulares:
Alexandre Kruel Jobim,
Jorge Luiz Oliveira, Renato Casarotti

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente:
Everardo de Almeida Maciel

Conselheiros:
André Franco Montoro Filho, Aristides Junqueira, Carlos Ivan Simonsen Leal, Celso Lafer, Ellen Gracie Northfleet, Evandro Guimarães, Hamilton Dias de Souza, Hoche Pulchério, João Grandino Rodas, João Roberto Marinho, Jorge Raimundo Filho, Leonardo Gadotti Filho, Luiz Fernando Furlan, Maria Tereza Sadek, Nelson Jobim, Roberto Abdenur, Roberto Faldini, Tércio Sampaio, Theo van der Loo

Associados ETCO
Ambev, Coca-Cola, Pepsi, Sindicom e Souza Cruz

Colaborador Voluntário:
Pernod Ricard

Endereço:
Rua Viradouro, 63, conj. 61, Itaim Bibi, São Paulo (SP), tel.: (11) 3078-1716, site www.etco.org.br

REVISTA ETCO

Gestora de comunicação e eventos:
Andrea Lopes

Produção editorial:
TAG Content

Jornalista responsável:
Demetrius Paparounis

Arte:
Nuvem Studio

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO

Fotos: Shutterstock, Flavio Santana (Edson Luiz Vismona), divulgação e reprodução.

O ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que promove a integridade no ambiente de negócios.

Acreditamos que a concorrência leal constitui um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico e da construção de um país mais forte e mais justo.

Nossa missão é identificar, discutir, propor e apoiar iniciativas para reduzir práticas que provocam desequilíbrios de mercado, como sonegação fiscal, contrabando, pirataria, falsificação e adulteração de produtos.

O ETCO foi fundado em 2003 e é mantido por empresas e associações comprometidas com a causa da ética nos negócios.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO